



OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO N°31 | MAIO 2022 >>>

Foto: Orlando K Jr. / FAS

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário
do Documento.

Como navegar?

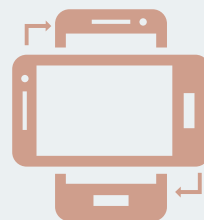
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são
hyperlinks que te levarão
para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações
e agendamentos.



Botão que indica visualização
de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos
ou documentos

Indica a numeração e a
navegação pelas páginas

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Projeto de Lei quer alterar licenciamento ambiental estadual para obras na BR-319

10 Interior em Foco

- Associação Agroextrativista de Lábrea comercializa mais de R\$ 3 milhões em produtos da floresta

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

20 Diálogos da BR-319

- Funai considera apresentações do Componente Indígena como consulta aos povos impactados pelas obras do Trecho do Meio

22 Ciência

- O pajé que foi a biblioteca viva de saberes das medicinas Apurinã

24 Minuto BR



Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

As notícias que da área de influência da rodovia não são animadoras. Tapauá registrou recorde histórico de desmatamento e, o que é mais triste, dentro de uma Área Protegida, da Floresta Estadual (FES) Tapauá.

A situação é emblemática e mostra como a proteção destas áreas está negligenciada, a começar pela ausência de um gestor na FES Tapauá, o que já foi tema de matéria neste informativo. Infelizmente, uma das consequências da situação é a ameaça à segurança dos moradores do local e a falta de governança no território.

Ainda sobre governança, recomendo fortemente que, após a leitura da seção Diálogos da BR-319, quem puder, assista à reunião promovida pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI). A fala da coordenadora de licenciamento ambiental da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carla Fonseca de Aquino Costa, deixa claro que o órgão indigenista não está disposto a cumprir tratados dos quais o Brasil é signatário e que asseguram os direitos indígenas. Assistam até o final, para ouvirem, também, o procurador Fernando Merloto Soave.

Também não deixem de ler sobre o Projeto de Lei Nº224/2022, do deputado estadual do Amazonas, Fausto Júnior (União Brasil), que propõe flexibilizar o licenciamento ambiental de obras da BR-319, liberando algumas atividades desta exigência. A Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM), é o reflexo dos anseios e da

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR, DESMATAMENTO E COVID-19

vontade do povo amazonense, logo, temos que acompanhar as propostas que tramitam na casa e participar das decisões.

No Interior em Foco, falamos sobre desempenho de vendas de produtos da floresta produzidos por associações comunitárias do Amazonas, uma delas em Lábrea, justamente a responsável por mais de 60% das vendas. Com disposição e condições adequadas, tudo é possível.

Para finalizar, esta é a última edição na qual publicaremos o monitoramento de covid-19. Com o avanço da vacinação e a redução no número de mortes, avaliamos que não há mais necessidade dos dados no informativo. Mas, como a pandemia ainda não acabou, sempre que necessário, abordaremos o assunto em outras seções.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

BR-319
Km
198

Contratação integrada de empresa para elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras para reconstrução do Lote C da BR-319/AM

Órgão Licenciador: IBAMA Nº do Processo: 02001.006880/2005-95 TAC: Termo de Acordo e Compromisso entre IBAMA e DNIT, 2007 Prazo: Vigente desde 22/07/2007 Link: Verificar 0305-616393	Valor Total da Obra: R\$ 165.774.950,00 Comunidade: Zona rural Município: Borborema/AM (lado esquerdo) Borborém/AM (lado direito) Objeto: Contratação integrada de empresa para elaboração dos projetos básicos e executivo de engenharia e execução das obras para reconstrução do Lote C, Trecho: Entre BR-174(A) (Polícia Rodoviária Federal (Manaus)) - Div. AM/RO Subtrecho: Fim da pavimentação-igapó Alto / Igapó Alto-Entr. AM-366(início) Segmento: km 198,20 ao km 250,00	Agentes Participantes: SR DNIT/AM Coordenador Técnico/AR/RO Início do Contrato: 18/01/2020 Término do Contrato: 06/07/2023 Denúncias, Reclamações e Elogios: ouvidoria.gov.br
--	--	--

 **DNIT** DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  **MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**  **PÁTRIA AMADA BRASIL** GOVERNO FEDERAL

Foto: Izabel Santos / OBR-319

Intervenções na BR-319 necessitam de licenciamento ambiental.



Projeto de Lei quer alterar licenciamento ambiental estadual para obras na BR-319

O deputado estadual Fausto Júnior (União Brasil) quer flexibilizar o licenciamento ambiental de competência estadual para acelerar obras na BR-319.

Por meio de projeto de lei, o parlamentar quer liberar intervenções que hoje dependem de autorização prévia do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) para execução. O projeto foi rastreado pelo **Foco Amazônia**, iniciativa do **Política por Inteiro** que monitora atos relevantes dos poderes legislativo e executivo relacionados ao colapso climático nos estados da Amazônia Legal. Esta não é a primeira tentativa de mudanças na lei estadual amazonense para acelerar as obras na rodovia. No entanto, alguns pontos na proposta de Fausto devem ser avaliados com cautela.

“Pelo que entendemos, a proposição tem o objetivo de mudar aspectos de como o licenciamento ambiental é feito



Deputado Fausto Júnior.

Foto: Divulgação / Assessoria de Comunicação

hoje. Mas acredito que alguns pontos merecem atenção, como àqueles que falam sobre a pavimentação e implantação de acostamento e a implantação de faixa adicional, pois interferem em competências federais”, avalia a secretária executiva do Observatório BR-319, Fernanda Meirelles.



Remoção de vegetação e instalação de canteiros de obras na BR-319 necessitam de licenciamento ambiental

Foto: Izabel Santos / OBR-319

O **Projeto de Lei (PL) nº 224/2022** foi protocolado em 10 de maio deste ano e está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) sob análise do deputado Delgado Péricles (PL). Em sua ementa, o PL diz que “Dispõe sobre a flexibilização do licenciamento ambiental de competência estadual para incentivo à conclusão da rodovia BR-319”.

“A recuperação da BR-319 enfrenta diversos impasses, entre os quais a exigência de licenciamentos ambientais para a realização de obras/manutenção. Não se pode olvidar que por vezes o licenciamento ambiental obstaculiza até o desempenho de atividades básicas e rotineiras nas faixas de domínio das rodovias, como conservação de rotina (poda e roçada de vegetação), intervenções, terceiras faixas, etc.”, diz um trecho da justificativa do PL de autoria do deputado Fausto Júnior.

No PL, o deputado sugere a desobrigação de licença ambiental para ações de supressão de vegetação nativa secundária e de exemplares arbóreos exóticos; poda de árvores nativas

cujos galhos invadam o acostamento ou a faixa de rolamento, encubram a sinalização ou ofereçam risco iminente à segurança; limpeza e reparo de sistemas de drenagem, bueiros, canais e corta-rios; sinalização horizontal e vertical; implantação de cercas, defensas metálicas ou similares; recapeamento; pavimentação e implantação de acostamento, desde que não haja necessidade de realocação de população; implantação de uma faixa adicional contígua às faixas existentes, entendida como a terceira faixa, sem supressão de vegetação; e a realização de obras para melhoria geométrica, implantação de praças de pedágio, prestação de serviços de atendimento aos usuários, construção de postos, entre outras.

Em relação à BR-319, o Ipaam é responsável pelo licenciamento de áreas de apoio às obras, jazidas e canteiros de obras.

Já ações de maior impacto, como pavimentação, manutenções, recapeamento e afins, são de competência do Ibama.

Fernanda recorda, ainda, de um argumento do MPF para o entendimento sobre as competências federais e estaduais na obra. “Em 2017, o MPF alertou que não existe licenciamento ambiental fracionado, isso quer dizer que não se pode ter um procedimento para licenciar a pavimentação e outro para a manutenção e conservação. Na época, foi dito que isso contraria a legislação ambiental”, disse.

PL INVADE COMPETÊNCIAS FEDERAIS

Na análise do OBR-319, o PL Nº 224/2022 pretende mudar competências do processo de licenciamento ambiental como asfal-

tamento e manutenção da pavimentação, que hoje estão na esfera federal. Além disso, o que o deputado Fausto Júnior propõe já foi discutido em outras ocasiões entre Ipaam, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e Ministério Público Federal (MPF).

Em 2005, o MPF entendeu que a competência para o licenciamento das obras na rodovia deveria ser do órgão federal, seguindo o que previa a **Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 237/97**, que regrou o licenciamento ambiental no Brasil. Mesmo assim, entre 2007 e em 2014, o Ipaam se envolveu em conflitos de competência por ter dado licenças e autorizações para a supressão de vegetação nas margens da rodovia, limpeza e reparo de estruturas e afins. Nestas ocasiões, após mediação do MPF, ficou decidido que a competência para concessão de tais licenças seria do Ibama, e não do Ipaam.

O Observatório BR-319 acredita que este PL não conseguirá alterar o processo de licenciamento como um todo, mas é preciso atenção, pois ele pode permitir o tipo de manutenção de rotina na faixa de domínio da rodovia, dando a impressão de baixo impacto. O que esbarra em um dos maiores problemas da rodovia, que é a fiscalização e controle de atividades que geram impacto ambiental significativo”, alerta a secretária executiva do OBR-319, Fernanda Meirelles.



Foto: Izabel Santos / OBR-319

Um dos vários canteiros de obras existentes atualmente na BR-319.



O OUTRO LADO

Ao OBR-319, a assessoria do deputado estadual Fausto Júnior disse que o PL nº 224/2022 visa flexibilizar o licenciamento ambiental de competência estadual para intervenções destinadas à realização de melhorias, bem como de conservação da BR-319. E que não se trata de transferência de competências do Ibama para o Ipaam, pois o legislativo estadual não tem competência para fazê-lo. A assessoria também acrescentou que, qualquer outra questão relacionada aos licenciamentos ambientais de competência estadual deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo, conforme estabelece o projeto de lei.

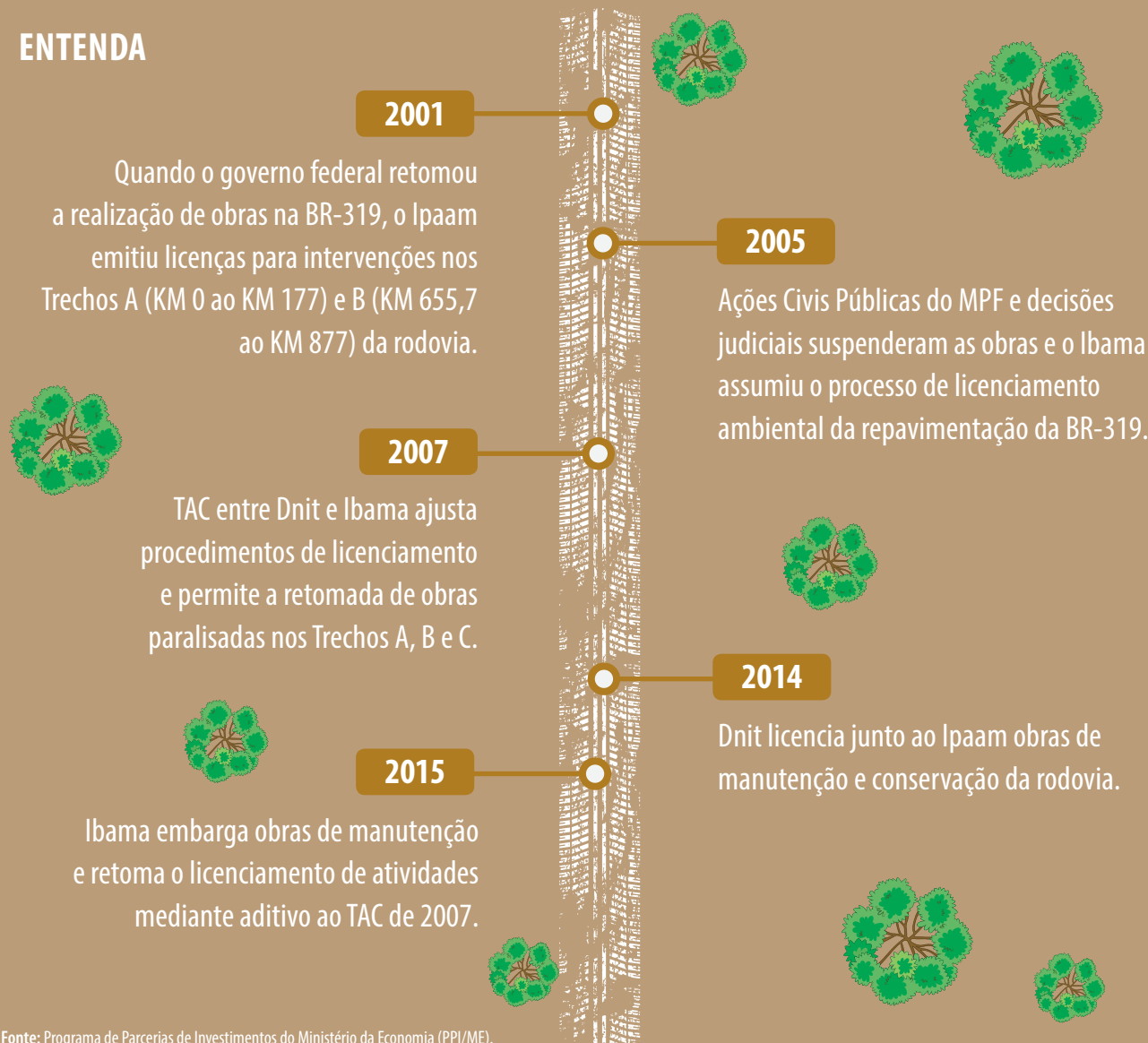
Com relação à preservação ambiental, o gabinete do deputado alegou que as atividades relacionadas no projeto de lei apenas se referem a intervenções básicas necessárias à conservação das rodovias do Amazonas, e que a preservação da vegetação nativa está assegurada em seus dispositivos, não havendo que se falar, portanto, em degradação do meio ambiente.

LEIA TAMBÉM:



- » Deputado do AM quer flexibilizar licenciamento ambiental da BR-319 para facilitar conclusão das obras

ENTENDA





Interior em Foco



Óleo de andiroba produzido pelas associações apoiadas pelo projeto Cidades Florestais.

Associação Agroextrativista de Lábrea comercializa mais de R\$ 3 milhões em produtos da floresta

Em quatro anos de existência, o Projeto Cidades Florestais (PCF) comercializou R\$ 4,3 milhões em produtos como óleos vegetais e madeira manejada, esta através da iniciativa Inatú Amazônia entre 2019 e 2021.

Isso só foi possível devido ao envolvimento de dez organizações sociais de nove municípios do Amazonas, entre eles Lábrea, que gerou mais 50% das vendas.

O protagonismo de Lábrea, que fica na área de influência da BR-319, veio através da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha (Aspacs), que vendeu mais de R\$ 3 milhões em produtos derivados de andiroba, copaíba e manteigas (murumuru e tucumã). A presidente da associação, Sandra Barros, conta que o Projeto Cidades Florestais, trouxe mais segurança na venda dos produtos.

“Nós conseguimos gerar mais empregos na seleção das sementes. Colocamos no mercado um produto de qualidade, que é



Foto: Divulgação / Idesam

adquirido pelo consumidor final com uma boa aceitação”, exaltou Sandra, ressaltando que a associação segue em busca de novos parceiros para levar os produtos a mais prateleiras, gerando, dessa forma, mais renda para os extrativistas e para a Aspacs. “Com isso, ajudamos a fortalecer a cadeia da andiroba e a preparar o caminho para, futuramente, colocarmos outros produtos à venda”, destacou.

O PCF tem suas ações desenvolvidas pelo Instituto de Conser-

vação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), com apoio do Fundo Amazônia/BNDES, junto a associações e cooperativas do Amazonas. O marco foi alcançado após ações de apoio à produção, gestão e comercialização junto às organizações sociais que atuam em territórios variados, como Unidades de Conservação Estaduais, Federais e Assentamentos da Reforma Agrária.

A analista de Marketing e Vendas do Idesam, Louise Lauschner, explica que o dinheiro das vendas é repassado às associações e cooperativas, responsáveis diretas pela produção e comercialização dos itens. “Em relação às associações, é feita uma prestação de contas em assembleias para todos os associados que participam das reuniões. Já em relação ao financiador, são enviados por meio de sistema digital do BNDES relatórios de prestação de contas e de atividades acompanhados por relatório de auditoria independente específica para o projeto. Esse material é avaliado e aprovado pelo banco”, explica Louise.

Sandra Barros, presidente da Aspacs, destaca que as assembleias são uma importante ferramenta de prestação de contas com os associados. “A nossa assembleia acontece de forma anual, com associados e colaboradores. É por meio dela que compartilhamos tudo o que foi comprado e vendido, e o quanto foi arrecadado”, esclarece.

As associações e cooperativas envolvidas também passam por oficinas, onde são apresentados os resultados de vendas.

LEIA TAMBÉM:



➤ **Associações celebram R\$ 4,3 milhões em produtos vendidos via Cidades Florestais**



NESTA EDIÇÃO

Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19

Foto: Acervo / Idesam



Monitoramento de Focos de Calor

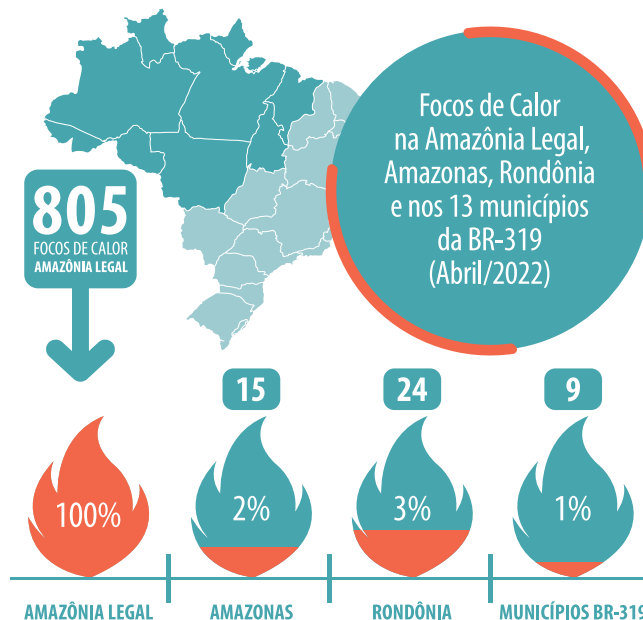
Em abril deste ano, a Amazônia Legal, o Amazonas e os municípios da BR-319 apresentaram queda no número de focos de calor em comparação a abril de 2021, de 18%, 17% e 10%, nessa ordem. O estado de Rondônia apresentou aumento de 50% nesse mesmo período.

MUNICÍPIOS DA BR-319

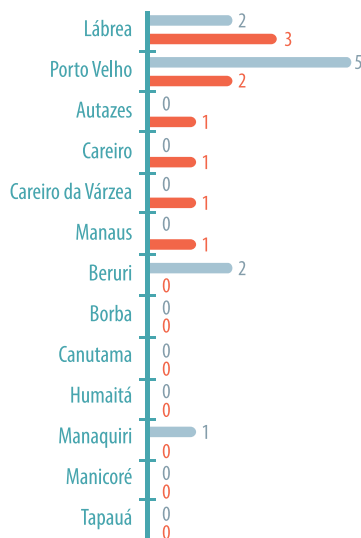
Seis municípios apresentaram focos de calor em abril, sendo o ranking liderado por Lábrea, com três focos. Porto Velho, Beruri e Manauquiri apresentaram redução no número de focos e em sete municípios não foram detectados focos de calor nesse mês.



Foto: Acervo / Idesam

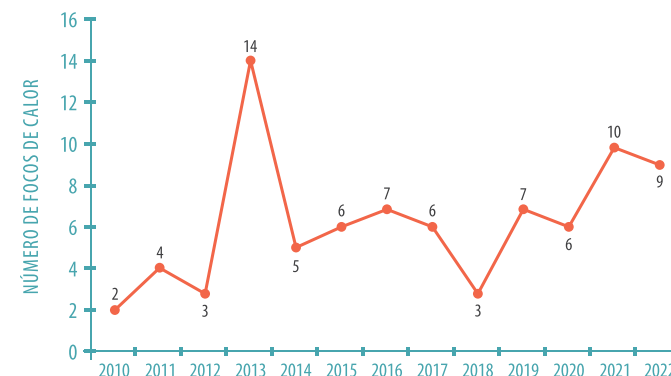


NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



Focos de calor em abril:
● 2021
● 2022

FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE ABRIL (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A ABRIL DE 2021



AUMENTOU

- Lábrea (de 2 para 3 focos)
- Careiro da Várzea (de zero para 1 foco)
- Autazes (de zero para 1 foco)
- Manaus (de zero para 1 foco)
- Careiro (de zero para 1 foco)



DIMINUIU

- Porto Velho (de 5 para 2 focos)
- Beruri (de 2 para zero)
- Manauquiri (de 1 para zero)



FOCOS DE CALOR ZERO EM ABRIL/2022

- Beruri
- Borba
- Canutama
- Humaitá
- Manauquiri
- Manicoré
- Tapauá



ÁREAS PROTEGIDAS

Das 42 Unidades de Conservação (UCs) monitoradas pelo OBR-319, apenas a Resex Jaci-Paraná apresentou foco de calor em abril (um foco).

Já em relação às Terras Indígenas (TIs), apenas na TI Sissáima foi detectado um foco de calor, entre as 69 monitoradas.

1%

**DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR**

2%

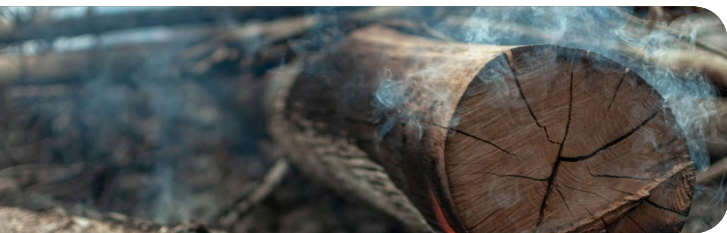
**DAS 42 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR**



**LISTA DE TIs
MONITORADAS**

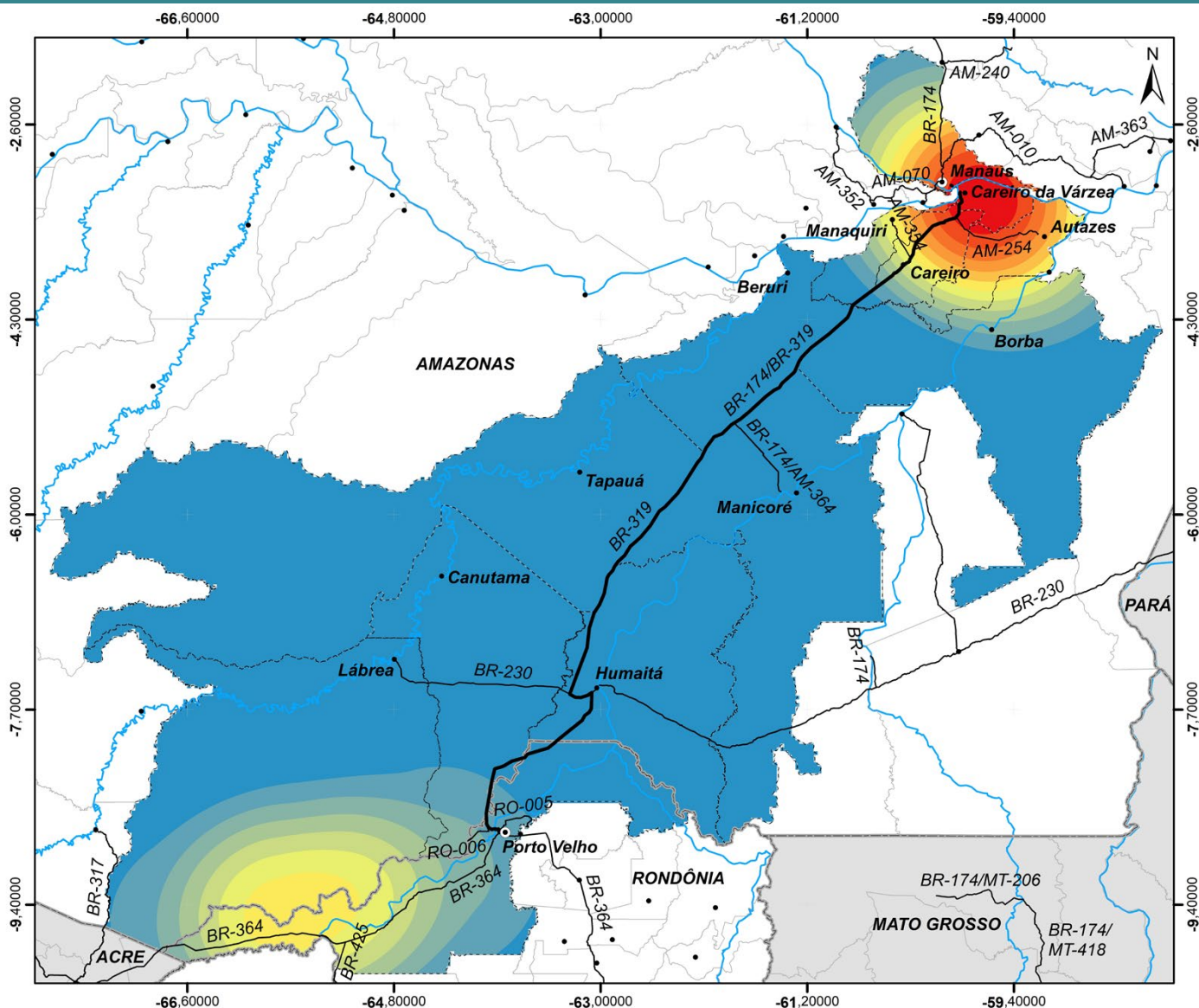


**LISTA DE UCs
MONITORADAS**



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Abril 2022





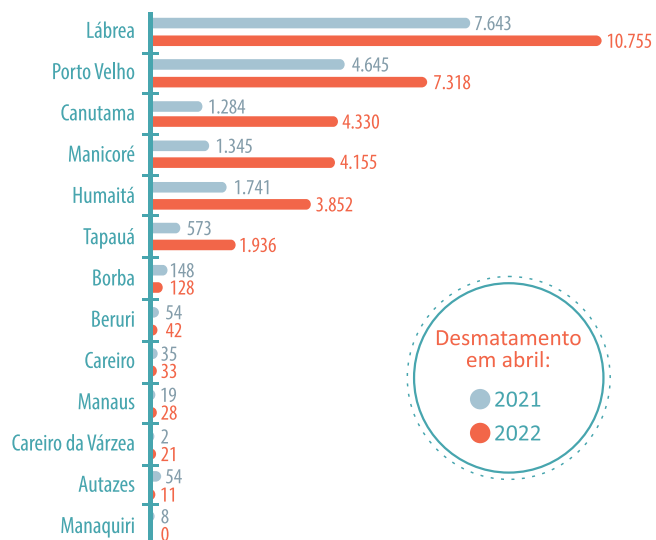
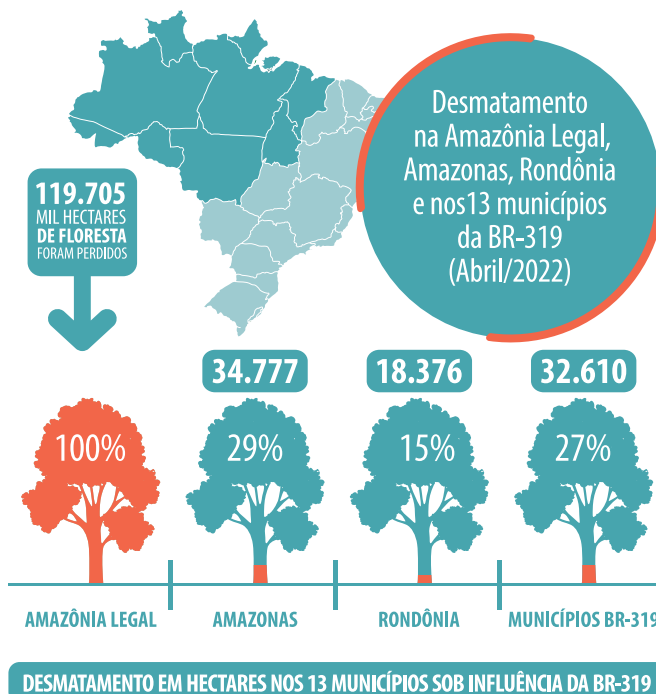
Monitoramento de Desmatamento

Em abril, a Amazônia Legal, o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 bateram recorde de desmatamento para o mês, dos últimos 13 anos. Os aumentos em comparação a abril de 2021 foram de 54%, 60%, 45% e 86%, respectivamente. Segundo monitoramento do **Imazon**, o Amazonas foi o segundo estado da Amazônia Legal que mais desmatou nesse mês, ficando atrás apenas do Mato Grosso.

MUNICÍPIOS DO SUL DA BR-319 ESTÃO ENTRE OS MAIS DESMATADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Sete municípios sob influência da BR-319 bateram recorde de desmatamento nesse mês, considerando a série histórica (2010-2022), sendo seis localizados na região sul da rodovia: Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Tapauá e Porto Velho. Além disso, cinco municípios, todos também da região sul da BR-319, fizeram parte da lista dos 10 municípios mais desmatados de toda Amazônia Legal: Lábrea (2º lugar), Porto Velho (3º), Canutama (8º), Manicoré (9º) e Humaitá (10º).

Cinco municípios apresentaram queda no desmatamento em comparação a abril de 2021, sendo Manaquiri o único que apresentou desmatamento zero nesse mês.



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A ABRIL DE 2021



AUMENTOU

- Careiro da Várzea (889%)
- Tapauá (238%)*
- Canutama (237%)*
- Manicoré (209%)*
- Humaitá (121%)*
- Porto Velho (58%)*
- Manaus (49%)*
- Lábrea (41%)*



DIMINUIU

- Manaquiri (100%)
- Autazes (80%)
- Beruri (22%)
- Borba (13%)
- Careiro (4%)

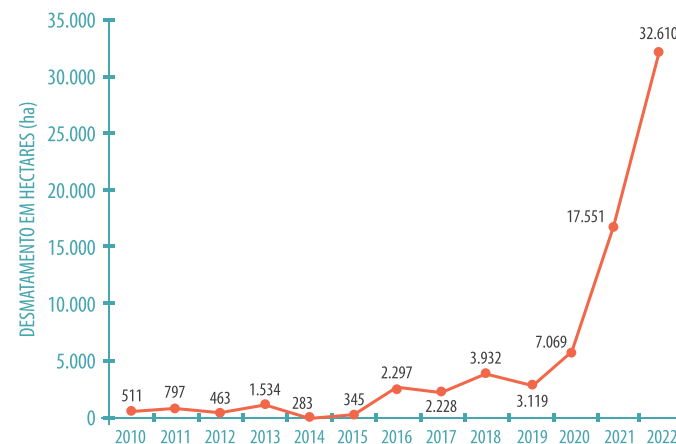


DESMATAMENTO ZERO EM ABRIL/2022

- Manaquiri

* municípios que apresentaram recorde de desmatamento em abril, considerando a série histórica (2010-2022).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE ABRIL (2010 A 2022)





FES TAPAUÁ APRESENTA MAIOR DESMATAMENTO DOS ÚLTIMOS 13 ANOS

Sete Unidades de Conservação (UCs) apresentaram desmatamento em abril de 2022. A Floresta Estadual (FES) Tapauá, além de registrar o maior desmatamento entre as 42 UCs monitoradas, bateu o recorde de toda a série histórica, considerando todos os meses dos últimos 13 anos. Veja o mapa e o gráfico do desmatamento recorde [aqui](#). Além disso, a FES Tapauá e a Resex Jaci-Paraná apareceram na lista das UCs mais desmatadas da Amazônia Legal, em 6º e 9º lugar, respectivamente.

Oito Terras Indígenas (TIs) apresentaram desmatamento em abril, entre as 69 monitoradas. ATÍ Karipuna, além de ter apresentado recorde de desmatamento para o mês de abril dos últimos 13 anos, foi a TI que mais desmatou na Amazônia Legal. Já a TI Tenharim Marmelos (Gleba B) foi a 9ª TI mais desmatada da Amazônia Legal. Veja os dados completos das Áreas Protegidas monitoradas [aqui](#).

12%

DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
DESMATAMENTO

17%

DAS 42 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
DESMATAMENTO



LISTA DE TIs
MONITORADAS

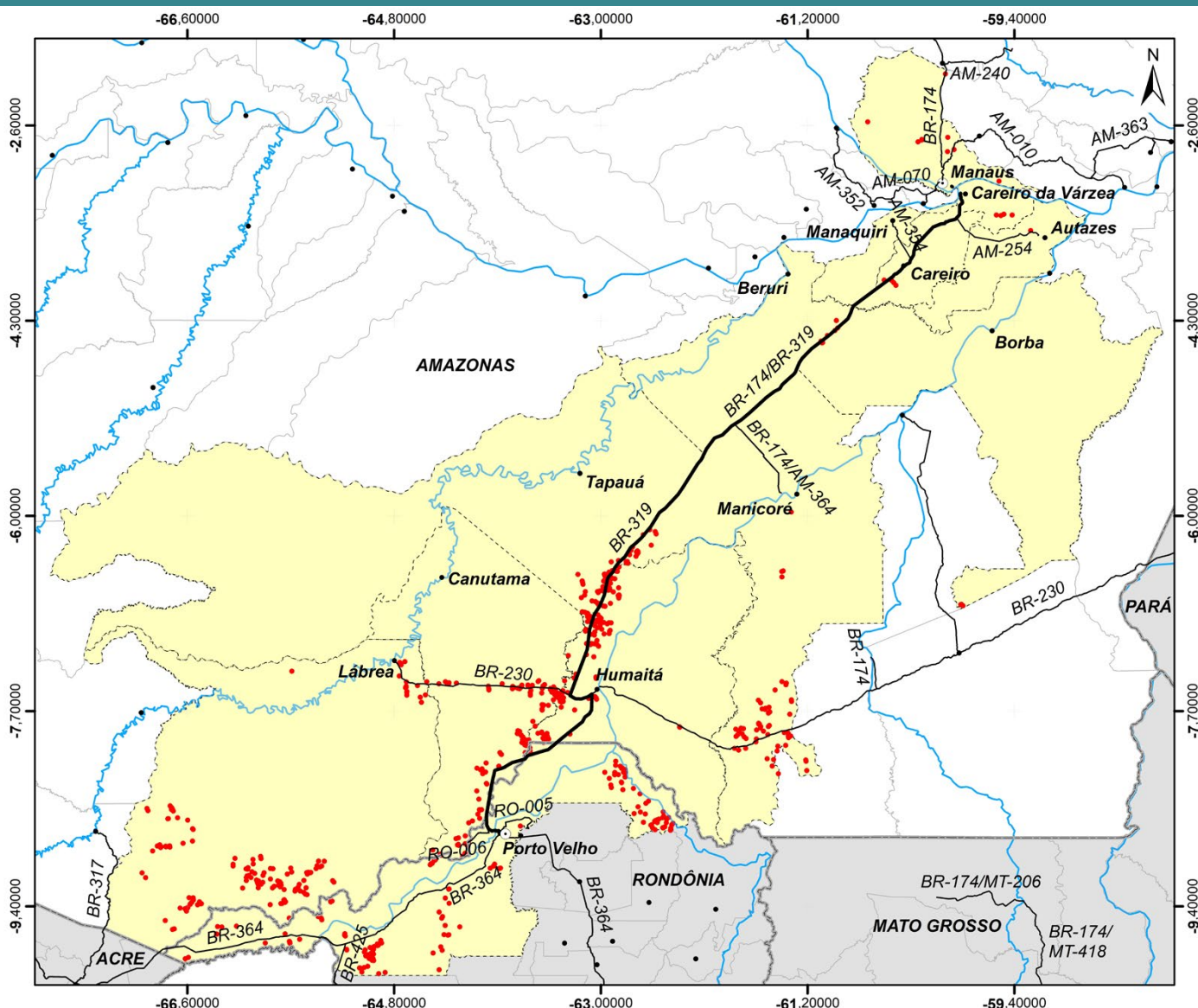


LISTA DE UCs
MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Abril 2022





Monitoramento da covid-19

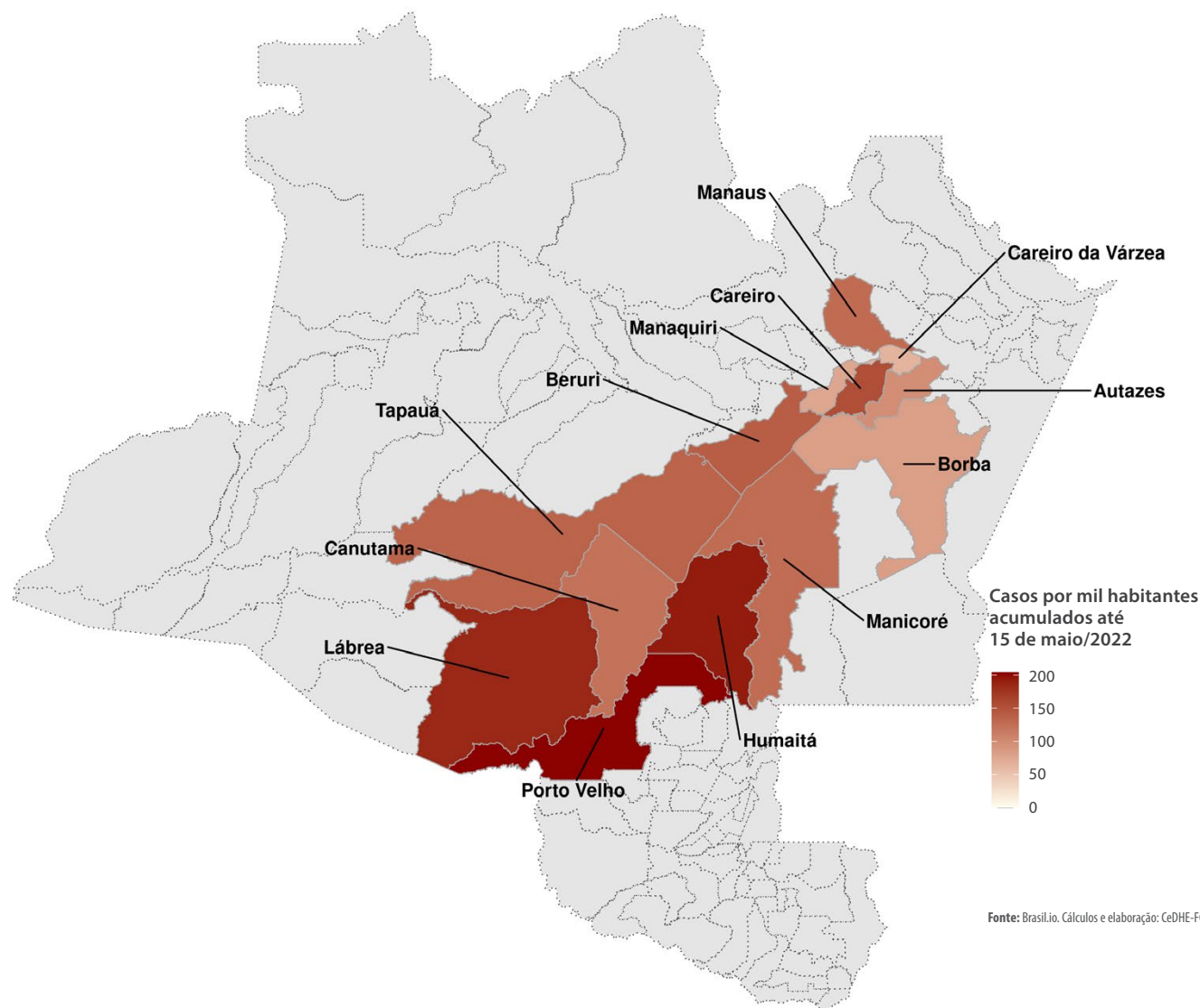
VACINAÇÃO

Porto Velho apresenta uma taxa de 74% da população vacinada com 1ª dose e 62,5% de pessoas completamente imunizadas. A primeira dose do reforço em Porto Velho cobriu em torno 25% do total da população. A média da taxa de imunização completa em outros municípios da área de influência da BR-319 está em torno de 44%, enquanto a média de 1ª dose de vacinação está em torno de 57%. Em relação à imunização completa, além das capitais, somente Autazes, Careiro, Lábrea e Humaitá vacinaram mais da metade de sua população.

NOVOS CASOS

Entre 15 de Abril e 15 de Maio, dos 13 municípios sob influência da BR-319 somente Manaus e Porto Velho registraram mais de 100 novos casos de Covid-19. Porto Velho apresentou a maior taxa de aumento de casos em relação aos casos acumulados até dia 15 de Maio com 3,05% de aumento, o que representa 3,336 mil novos casos. Canutama vem logo em seguida, com 0,46% de aumento, representando 9 novos casos. Mais nenhum município apresenta uma taxa maior que 1%.

Mapa das áreas com casos de covid-19 nos 13 municípios sob influência da BR-319 - acumulado até 15 de maio/2022.



Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.



CASOS ACUMULADOS

Em Manaus, já são 290 mil casos de Covid-19 desde o início da pandemia até o dia 15 de Maio de 2022; 112 mil casos em Porto Velho; 11,1 mil em Humaitá e 8,9 mil em Lábrea. Nos 13 municípios sob influência da BR-319, os casos acumulados de Covid-19 somam aproximadamente 456 mil casos.

Em termos relativos ao total da população, Porto Velho apresenta a maior taxa de casos, em torno de 206 casos por mil habitantes, seguido por Humaitá, com mais de 190 casos por mil habitantes. Em seguida, Lábrea é o município com o maior número relativo de casos acumulados, com mais de 180 casos por mil habitantes. Ainda com números altos, Careiro apresenta mais de 150 casos por mil habitantes e Beruri apresenta mais de 140 casos por mil habitantes.

ÓBITOS

Entre 15 de Abril e 15 de Maio foram registradas 12 mortes nos 13 municípios sob influência da BR-319. Desde o início da pandemia até o último dia 15, foram 13,14 mil mortes.

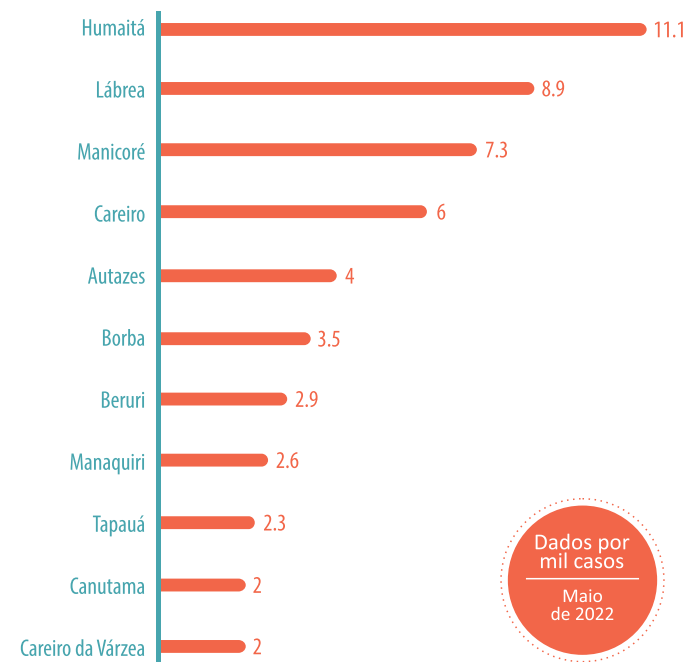
O maior aumento relativo de mortes se deu em Porto Velho com 8 mortes, representando um aumento de 0,3% no número de mortes acumuladas desde o início da pandemia. Manaus foi o único outro município que apresentou mortes – 4 mortes, o que corresponde a um aumento de 0,4%.

VARIAÇÃO PERCENTUAL DE CASOS EM MAIO COM RELAÇÃO A ABRIL NOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319

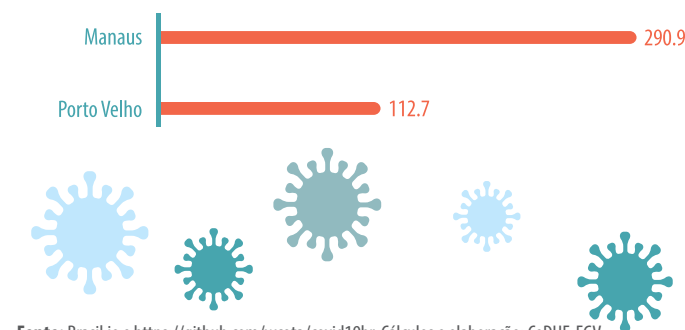
MUNICÍPIOS	VARIAÇÃO %
Autazes	0,05%
Beruri	0%
Borba	0%
Canutama	0,46%
Careiro	0%
Careiro da Várzea	0%
Humaitá	0%
Lábrea	0%
Manaquiri	0%
Manaus	0,11%
Manicoré	0,05%
Porto Velho	3,05%
Tapauá	0%

Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CedHE-FGV.

11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



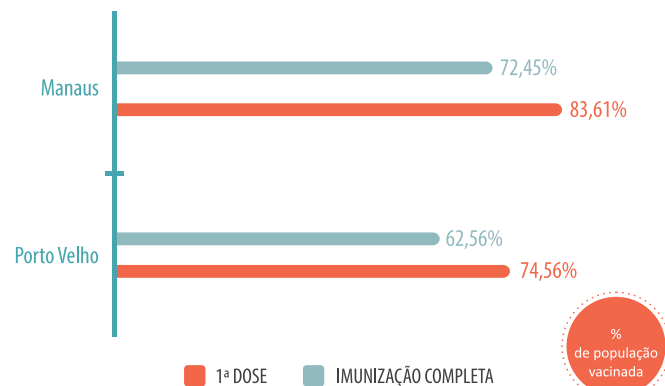
CAPITAIS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Fonte: Brasil.io e <https://github.com/wcota/covid19br>. Cálculos e elaboração: CedHE-FGV.



VACINAÇÃO - CAPITALS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - MAIO 2022



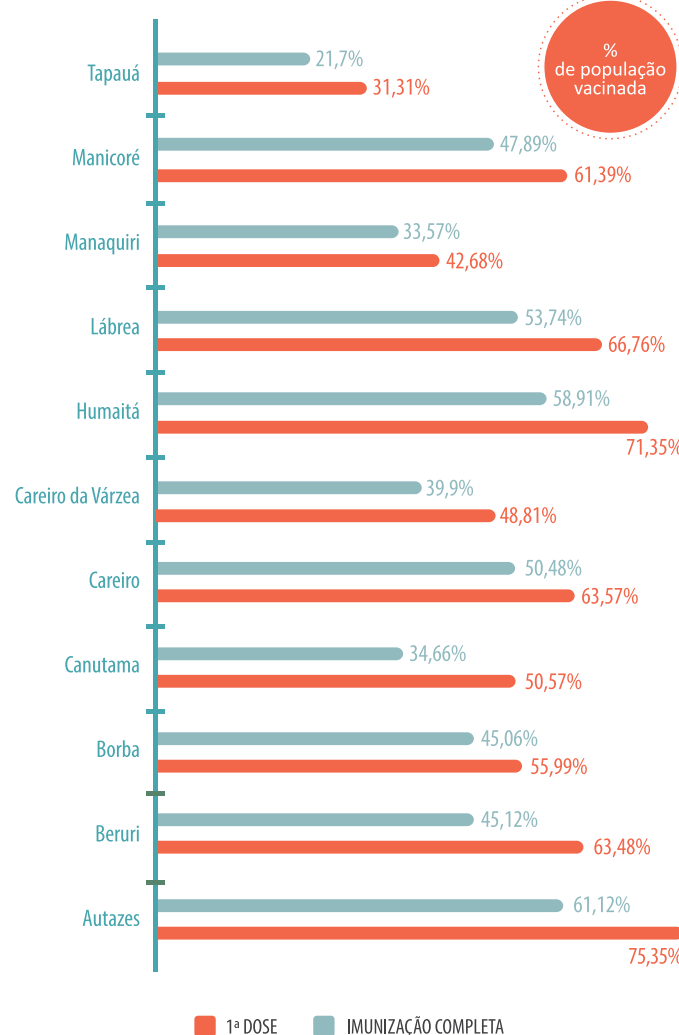
Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração: CeDHE-FGV.



Foto: Rodrigo Santos / SES-AM

CLIQUE AQUI E ACOMPANHE A VACINAÇÃO EM CADA ESTADO

VACINAÇÃO - 11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - MAIO 2022



Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração: CeDHE-FGV.



NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- » Plataforma oficial do Governo Federal
- » Painel Conass Covid-19



NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- » InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- » Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- » Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- » ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas



NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- » Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- » Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- » ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a covid-19



Diálogos da BR-319

Foto: Joenia Chagas / Reta

Funai considera apresentações do Componente Indígena como consulta aos povos impactados pelas obras do Trecho do Meio

Órgão indigenista acredita já ter cumprido o que prevê a Convenção 169 da OIT entre os meses de fevereiro e abril.

Para a Fundação Nacional do Índio (Funai) as apresentações do Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental (CI-EIA), já realizadas pelo órgão, atendem às orientações da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A afirmação é da coordenadora de licenciamento ambiental da Funai, Carla Fonseca de Aquino Costa, na reunião virtual de Governança Ambiental no Entorno da Rodovia BR-319, do dia 06 de maio. Carla teve o apoio e a concordância de representantes de outros órgãos envolvidos nas obras do Trecho do Meio da BR-319 presentes à reunião.

Carla explicou que a Funai entende por consulta livre, prévia, informada e de boa-fé o levantamento e os estudos realizados de 2018 a 2021 para o CI-EIA. A apresentação do resultado foi apresentada aos povos Apurinã, Mura e Parintintin entre os meses de fevereiro e abril de 2022.

“A gente fez a consulta, a gente fez a oitiva, apresentou os estudos. Então, além de livre, prévia e de boa-fé, ela foi informada, eu consegui mostrar para eles [os indígenas] quais são os impactos previstos,



Obras no Trecho C da BR-319.

Foto: Izabel Santos / OBR-319

né, até aonde tem a previsão de impacto [nas Terras Indígenas]”, explicou Carla. Ainda segundo ela, a Funai considera prévio tudo aquilo que antecede a tomada de decisão para a emissão da Licença Prévia.

Os pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Philip Fearnside e Lucas Ferrante, questionaram o entendimento da representante da Funai. “Essa é uma coisa [a consulta como prevê a Convenção 169 da OIT] que envolve muitos proce-

dimentos. Tem que ter um protocolo de como seria feita a consulta com cada grupo e etc.. Tem que ter algum tipo de relatório que explique como a Funai fez essas consultas”, questionou Philip. Carla respondeu que as atas e as informações sobre o que a Funai considera como consulta estão disponíveis para o público no processo sobre o CI-EIA e que também estarão na manifestação, favorável à emissão da Licença Prévia, que será enviada pela Funai ao Ibama.

Ao final da reunião, o procurador da República do Ministério Público Federal (AM), Fernando Merloto Soave, ressaltou que a violação ao direito de consulta dos indígenas e povos tradicionais no processo da BR-319 é flagrante. “Fatalmente isso vai gerar judicialização, discussões na Justiça, recursos, e não se avança de fato no que é mais importante que é um modelo de governança responsável”, disse.

VÍDEO:



» Assista à reunião na íntegra aqui

LEIA TAMBÉM:



» Funai viola direitos indígenas para acelerar reconstrução da BR-319, diz MPF



Ciência

O pajé que foi a biblioteca viva de saberes das medicinas Apurinã

Por equipe OBR-319

Arywka, ou “movimento rápido” na língua dos Apurinã, foi um dos maiores expoentes da cultura deste povo que os não-indígenas puderam conhecer.

Popularmente chamado de Pajé Leôncio, a trajetória deste cientista e liderança espiritual dos Popukare, como se autodenominam os Apurinã, está retratada em trabalhos e pesquisas reali-

zadas nas academias dos não-indígenas. Ele é fruto da resistência de sua mãe, a também pajé Kamapa, uma das sobreviventes da política de extermínio do governo brasileiro contra os indígenas do sul da Amazônia durante o Ciclo da Borracha. No dia em deixou seu território ancestral, a mãe de Arywka viu muitos parentes morrerem lutando, mulheres mortas e estupradas, malocas incendiadas, crianças esfaqueadas. Os poucos que conseguiram escapar fugiram pelos rios, igarapés e locais debaixo da terra.

Arywka era o mais novo de cinco filhos e nasceu em 1924 na região do rio Sepatini, que fica no que conhecemos hoje como o município de Lábrea. Desde cedo, sob orientação de sua mãe,



Pajé Leôncio.

Foto: Divulgação / Museu Amazônico

aprendeu como usar o que a floresta oferece para o bem-estar e cura de doenças. Não tardou em se tornar uma biblioteca viva do conhecimento ancestral do povo Apurinã. Com o apoio de antropólogos do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e professores da Universidade Federal do Acre (Ufac), viajou para diversos locais do Brasil coordenando cursos para a formação de sabedores das ervas medicinais e curando indígenas e não-indígenas. Ele foi o responsável pela popularização do Awyry, o rapé verde, principal elemento da medicina Apurinã.

Em 2012, Arywka foi homenageado com uma sala com exposição permanente sobre a cultura Apurinã no Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em Manaus (AM). O local foi eleito pelo próprio pajé como um espaço sagrado. Neste ano, o pajé é um dos homenageados do Museu Amazônico na 20ª Semana Nacional dos Museus. Ele começou a frequentar o local em 1997, vendendo ervas e realizando atendimentos. Certa vez, durante uma exposição intitulada Memória Amazônica, um jornalista perguntou a ele o que achava da mostra. Ele respondeu que ao ver adereços do povo Apurinã expostos no local, ficou imaginando como aquelas coisas teriam chegado até ali e chorou.

Com informações da dissertação do pesquisador Alan Miguel Alves, intitulada “Maloca das Medicinas e sua Relação com o pajé Arywka”, e do Museu Amazônico da Ufam.



NESTA EDIÇÃO

Minuto BR



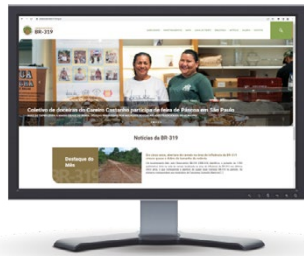
Foto: Kervo / Idesam



Novidade



O novo site do OBR-319 já está no ar, mais moderno, leve, dinâmico e com mais informações, que podem ser visualizadas por computador ou por celular. O site é o maior repositório de informações sobre a BR-319, onde os interessados têm acesso a dados e infográficos de monitoramento de focos de calor e desmatamento; mapas de UCs e TIs; documentos e fatos sobre a BR-319 em ordem cronológica; artigos, estudos e pesquisas sobre a rodovia e muito mais.



Ramais



O Governo do AM **iniciou a recuperação de 12 ramais em Canutama por meio do programa SOS Vicinais**. Os locais que receberão as ações são: Linha 9, Linha 9A, Linha Coronel Reque, Belo Monte, Sete Corações, São Bernardo, Paraíba, L1 São Francisco, Acesso Projeto São Francisco, Linha 17, Linha 23 e Linha 33. Segundo o governo, as obras vão beneficiar produtores rurais melhorando, principalmente, o tráfego e o escoamento da produção, permitindo melhores condições de acessibilidade e trafegabilidade para a população.

Exemplo



O território do rio Manicoré está despontando como um exemplo de mobilização comunitária na área de influência da BR-319. Após a conquista da CDRU, a população do local tem avançado na coleta de assinaturas para a reabertura do processo de criação da RDS e na cobrança de ações de combate a crimes e invasões no território. O assunto é o tema do último Momento OBR-319, que está disponível no site e no canal do OBR-319 no Youtube e em todas as plataformas de áudio.



Spotify



Youtube

Mosaico



A WCS Brasil, com apoio do OBR-319, realizou em Manaus (AM), nos dias 24 e 25 de maio, a “Oficina sobre a Gestão Integrada das Unidades de Conservação da BR-319”. O evento foi voltado para as organizações membro do OBR-319 e contou com a presença de representantes do ICMBio e da Sema-AM.

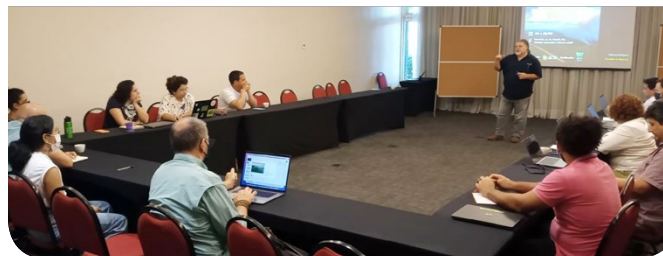


Foto: Izabel Santos / OBR-319

Projeto



Foto: Izabel Santos / OBR-319

Os moradores da RDS Igapó-Açu deram um passo importante para a implantação do polo moveleiro na UC. O projeto de criação do polo foi aprovado na reunião do conselho gestor em 29/04. A iniciativa é resultado do programa Cidades Florestais, coordenado pela marca coletiva Inatú Amazônia, do Idesam, e também conta com a parceria da Casa do Rio. Na mesma ocasião, a Sema-AM apresentou aos moradores do local o novo gestor da RDS Igapó-Açu, Miquéias Santos de Souza.



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Rodolfo Oliveira Lorenzo (CeDHE-FGV)

Revisão // Fernanda Meirelles (Idesam), Larissa Mahall Marinho (Idesam)
e Paula Carolina Guarido (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



GREENPEACE

